

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.929 - GO (2020/0014467-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**  
**PROCURADOR : ARTHUR DANTAS DE ARAUJO E OUTRO(S) - GO052523A**  
**AGRAVADO : ERMIVANIA NAZARÉ DA SILVA**  
**ADVOGADO : UYARA ARRUDA DUARTE - GO025736**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE GOIÂNIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA VERBAS TRABALHISTAS DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADOS HORAS EXTRAS FÉRIAS CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS 1) NÃO DEMONSTRADA A NULIDADE DA NOMEAÇÃO RESTA EVIDENTE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA ENTRE AS PARTES NÃO TENDO PORTANTO A INSURGENTE DIREITO AO RECEBIMENTO DE VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA COMO ANOTAÇÃO DA CTPS VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE FGTS 2) UMA VEZ COMPROVADA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS PELA SERVIDORA/APELADA DEVIDAS SÃO AS HORAS EXTRAS E AS FÉRIAS RECLAMADAS.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, por sua vez, no que concerne ao dissídio jurisprudencial, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera transcrição de ementas, sendo absolutamente

indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: "É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente